

**Aviso n.º 16955/2008**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Édipo Etiocles Pinto Ribeiro da Fonseca, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 23/04/1979, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Maio de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 16956/2008**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Nuno António Barbosa Fernandes Pires Cardoso, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade caboverdeana, nascido a 14/09/1985, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Maio de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 16957/2008**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Francisco dos Santos Semedo, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 02/04/1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Maio de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 16958/2008**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marum Baldé, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida a 15/05/1970, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Maio de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 16959/2008**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Abril de 2008, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Aldina Teixeira, natural de São Lourenço, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 8 de Fevereiro de 1959, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Maio de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Directoria Nacional da Polícia Judiciária****Aviso n.º 16960/2008**

**Concurso externo de ingresso para provimento de 20 lugares de especialista-adjunto estagiário, para o Departamento de Telecomunicações e Informática — Área de Informática, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária.**

Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no âmbito do exercício do direito de partici-

pação dos interessados, os candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso para provimento de 20 lugares de especialista-adjunto estagiário, para o Departamento de Telecomunicações e Informática — Área de Informática, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 02 de Julho de 2007, ficam notificados para, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso conforme artigo 44.º do supracitado Decreto-Lei, dizerem por escrito o que se lhes oferecer acerca do projecto de lista de classificação final, lavrada em acta da reunião do Júri de 5 de Maio de 2008, com o n.º 8, que será afixada no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, na data da publicação do presente aviso.

Os candidatos poderão consultar o processo do concurso, das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, de segunda-feira a sexta-feira, no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

19 de Maio de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

**Despacho (extracto) n.º 15070/2008**

Por despacho de 08 de Maio de 2008 do Director Nacional Adjunto, Dr. Baltazar Pinto, em substituição do Director Nacional da Polícia Judiciária:

Secundino Alves da Silva Júnior, inspector-chefe — concedida licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 07.06.2008.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

19 de Maio de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

**Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.****Deliberação (extracto) n.º 1494/2008**

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., em sessão de 12 de Maio de 2008, precedendo parecer prévio favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça:

Lic. Carla de Jesus Grilo de Oliveira Mostra — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, por reclassificação, estagiária da carreira de especialista superior de medicina legal, para exercer funções na Delegação do Centro.

Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, a avaliação e classificação final do estágio competem a um júri. Na classificação final será considerado o relatório de estágio e a classificação de serviço obtida durante o período de estágio. A classificação final traduzir-se-á numa escala de 0 a 20 valores.

O júri do estágio terá a seguinte constituição:

Presidente: Lic. Paula Cristina Nunes Venâncio Monsanto, directora do Serviço de Toxicologia Forense da Delegação do Centro  
Vogais efectivos:

- Lic. Paula Isabel Proença e Cunha, especialista superior principal de medicina legal
- Lic. Cláudia Isabel Reis Margalho, especialista superior de 1.ª classe de medicina legal
- Vogais suplentes:
  - Lic. Ana Sofia Perdigão Ávila, especialista superior de 1.ª classe de medicina legal
  - Lic. Helena Maria Sousa Ferreira e Teixeira, especialista superior de 1.ª classe de medicina legal

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas).

20 de Maio de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

**Deliberação (extracto) n.º 1495/2008**

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P., em sessão de 12 de Maio de 2008:

Maria Delfina Gonçalves Moreira — nomeada, precedendo concurso interno geral de ingresso, na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal único do INML, I.P., para exercer funções na Delegação do Norte. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas).

20 de Maio de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.